"MORAR AQUI É VIVER": a luta e resistência de comunidades camponesas no Maranhão pela legitimação de seu modo de vida tradicional

Lohanne Caroline Correia Domingues[1]

RESUMO

No Brasil, o Maranhão é palco de diversos conflitos territoriais ocasionados pela colisão de diferentes usos envolvendo projetos industriais e povos tradicionais. Desde a década de 70 iniciativas desenvolvimentistas para o Estado vêm provocando diversos impactos na vida de famílias camponesas que, ao se verem ameaçadas, encontram na luta e na resistência uma resposta ao modelo de desenvolvimento predatório e aniquilador de populações. Nesta comunicação apresenta-se a experiência da luta camponesa das comunidades de Jambuca e Batista em Bacabeira-MA que, ameaçadas de deslocamento compulsório por ação do Estado, resistem cotidianamente pela legitimação de seu território e modo de vida tradicional. Os estudos foram desenvolvidos a partir de denúncias e ameaças às comunidades no ano de 2016. A base teórica do trabalho envolve autores como David Harvey e Niel Smith, além de Arturo Escobar, Paul Little, João Fabrini entre outros.

Palavras-chave: Resistência camponesa. Territorialidade. Maranhão.

ABSTRACT

In Brazil, the state of Maranhão is the scene of several territorial conflicts caused by the collision of different uses involving industrial projects and traditional peoples. Since the 1970s, developmental initiatives for the State Government have caused several impacts on the lives of peasant families, who, when they are threatened, find in the struggle and resistance as a response to the predatory development model and population annihilation. This paper presents the peasant struggle experiences of the Jambuca and Batista communities in Bacabeira-MA that, threatened with compulsory displacement by the action of the State Government, resist daily by the legitimization of their territory and their traditional way of life. The study was developed from complaints and threats to these communities in 2016. The theoretical basis of the work involves authors such as David Harvey and Niel Smith, as well as Arturo Escobar, Paul Little, João Fabrini, and others.

Keywords: Peasant resistance. Territoriality. Maranhão.

[1] Universidade Estadual do Maranhão; Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional; lohannedomingues@aluno.uema.br.

1 INTRODUÇÃO

Como todo espaço colonizado, o território do Maranhão possui um histórico marcado por violentos momentos de barbáries. O primeiro refere-se aos sangrentos massacres indígenas que se seguiram à chegada dos europeus (CABRAL, 1992), violência estendida ao segundo momento, de escravização dos negros e de seus descendentes (PEREIRA, 2001). Na contemporaneidade não é diferente, a lógica colonialista de forças externas em tomar territórios se desenvolve na mesma perspectiva, aliada a interesses locais, seja no espaço urbano ou no rural. Desta forma, podemos afirmar que o atual território maranhense foi construído e reconstruído sobre lutas de resistência desde os tempos mais remotos.

De acordo com Barbosa (2011), tais conflitos se renovaram a partir das políticas desenvolvimentistas nacionais a partir dos anos 70 do século passado, quando o Maranhão vivenciou rápidas e radicais transformações que, para se efetivarem, implicaram a destruição de diferentes sociabilidades populares. Ocasionadas por grandes empresas, a nossa modernidade foi implantada via transformações ambientais e sociais efetuadas por meio da apropriação de extensas terras da região, instituindo o mercado de terras para reprodução do capital, atraindo investidores econômicos de dentro e fora do Estado, intensificando incontáveis conflitos agrários.

As lutas sociais nesse contexto surgem de forma antagônica ao modelo de desenvolvimento colonialista que tenta de todo modo aniquilar populações, inviabilizar os seus direitos de permanência em suas terras e de reconhecê-los enquanto sujeitos políticos e de direitos. A discussão que envolve esta comunicação, tema de dissertação de mestrado em andamento, investiga as estratégias de resistência de povos tradicionais frente a dinâmica de avanço do capital no estado do Maranhão e toma como campo empírico as comunidades de Jambuca e Batista, instaladas no Campo de Perizes, Município de Bacabeira, a poucos quilômetros da capital São Luís, na Ilha do Maranhão.

Esta situação de vida passou a ser ameaçada em 2016, quando os moradores foram surpreendidos por uma decisão judicial que lhes impunha o

deslocamento compulsório, exigindo a saída das famílias em 20 dias. Tendo como justificativa a instalação de uma siderurgia no local, financiada por capital chinês da empresa *CB Steel*, a desapropriação da área representava o apoio do governo do Maranhão ao empreendimento. Ao se depararem com a intimação, os moradores buscaram meios de articulação e de resistência local para permanecerem em suas terras, desenvolvendo diferentes estratégias de lutas, pautadas sobretudo na formação de alianças com diferentes agentes sociais para enfrentar a ameaça da decisão judicial, um processo ainda indefinido.

A partir dos conceitos de produção social do espaço de Niel Smith e David Harvey, e dos estudos de Paul Little e Arturo Escobar, a metodologia para a construção teórica do trabalho vem sendo feita por meio da pesquisa bibliográfica relacionada ao tema do desenvolvimento capitalista e da resistência popular, complementada com estudos de casos em publicações científicas e especificada com pesquisa documental oficial e de mídias eletrônicas sobre o conflito em andamento na região. A pesquisa direta, efetivada através de visitas de campo, contempla caracterização sócio-espacial das comunidades, com levantamentos cartográficos e fotográficos e entrevistas com moradores, procedimento estendido aos agentes sociais e gestores públicos envolvidos direta ou indiretamente no conflito pela terra.

Esta comunicação se divide em três seções, a primeira apresenta as principais características da região de Campo de Perizes no Município de Bacabeira, bem como a importância do território como suporte indispensável para reprodução de diversas famílias de Jambuca e Batista e de outros municípios que, vivendo em áreas afastadas do Campo de Perizes, para ali se deslocam periodicamente para exercer a coleta ou extrativismo. Na segunda e terceira seção, apresenta-se respectivamente discussões em torno da ameaça de deslocamento compulsório envolvendo as comunidades e como os moradores que constituem esse território reagem e se articulam na construção e mobilização de forças em defesa da permanência no local e da legitimação de seus modos de vida.

Constata-se que as lutas camponesas em escala local, não articuladas por movimentos de expressão política ensaiam movimentos e se constituem como resistência social. Essas forças mobilizadas lutam para se sustentar no território de

Jambuca e Batista, construindo autonomia e defendendo suas territorialidades aqui entendida na perspectiva de Little (2004) enquanto um esforço coletivo para usar, ocupar, controlar, se manter e de se identificar com o ambiente no qual está inserido.

2 O CAMPO DE PERIZES: UM ESPAÇO DE VIDA COTIDIANA E PROVEDOR DE RECURSOS PARA REPRODUÇÃO DE DIVERSAS FAMÍLIAS

Campo de Perizes está localizado no Município de Bacabeira, no Maranhão, é conhecido como rota de passagem para quem se desloca da capital São Luís para outros estados do Brasil pela rodovia BR-135. A paisagem do local, em primeiro plano visual, é composta pela rodovia, estradas de ferro, torres de energia de alta tensão e pela vasta vegetação existente, além disso, é impossível não mencionar a presença sonora da passagem diária dos vagões de trem e do alto fluxo de automóveis como carro, caminhões de carga, motos, ônibus e vans. As grandes redes de energia abastecem a cidade de São Luís, bem como as indústrias da ilha, conta ainda com a adutora (Sistema Italuís – CAEMA) que atende 60% dos ludovicenses (SOUSA ET AL, 2016).

Em um segundo plano e com o olhar mais atento para a região constata-se que a área dos campos é marcada pela presença de manguezais com influência direta das marés, localiza-se em uma planície flúvio-marinhas com campos halófilos (alta concentração de sal) de várzea entre os municípios de São Luís, Bacabeira e Rosário (figura 1).

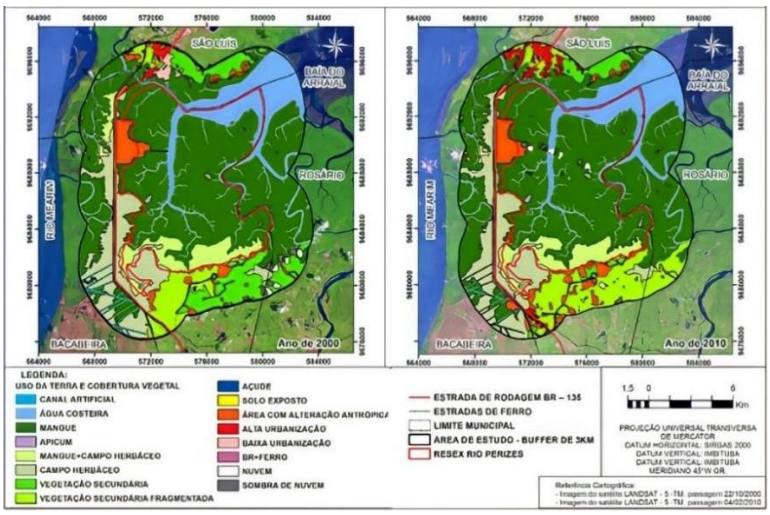

Figura 1. Mapa das características biofísicas de Campo de Perizes 2000 e 2010.

Fonte: Sousa et al (2016).

Além disso, é drenada pelos rios Mearim (75%) e Itapecuru (25%) que, segundo Sousa et al (2016), são as maiores bacias hidrográficas maranhenses, proporcionando assim, a reprodução e vida de uma vasta biodiversidade de fauna e flora no local. De acordo com o Plano Diretor Estratégico do Município (BACABEIRA, 2007) a região é definida em limites que correspondem a três áreas destinadas a Unidade de Conservação como a RESEX Rio Perizes, Área de Proteção Ambiental Rancho Papouco e Parque Municipal do Zau, ou seja, espaços naturais protegidos por lei, com características singulares referente a fauna e flora.

2.1 Um olhar sobre o território de Jambuca e Batista: dinâmicas sociais e territoriais

Há quem passe, diariamente ou sazonalmente pela rodovia BR-135 no trajeto de Campo de Perizes e não tenha observado que nessa região há duas comunidades há poucos metros de distância da rodovia. Conhecidas por Jambuca e Batista, localizadas a 2 km de distância uma da outra, estas comunidades camponesas formadas atualmente por 53 famílias, encontram-se no local desde o ano de 1974 quando os primeiros moradores chegaram e se instalaram de forma dispersa.

Vindos de municípios como São João Batista, Viana, Anajatuba entre outros da baixada maranhense (EDP, 2020), a principal motivação para a escolha do local referia-se à qualidade da terra para plantação e criação de animais, bem como facilidade de extrair o alimento de base como peixe, caranguejo e demais mariscos das áreas de mangue, dos rios e do mar. O território dos “campos”, como os próprios moradores denominam, é de extrema importância para a reprodução social das famílias, pois é fonte de sobrevivência e de renda quando há excedentes dos recursos extraídos do local (figura 2).

Figura 2. Mapa de uso do território em Jambuca.

Fonte: Adaptado pela autora (2021).

A valorização da região e o modo de vida tradicional vêm sendo repassados na estrutura familiar ao longo de todos esses anos, pois, até os dias atuais, as práticas extrativistas por parte dos moradores persistem e são reproduzidas nos núcleos familiares. As moradias apresentam pequenos anexos para abrigar a criação de animais de pequeno e médio porte, em outros casos, os animais são criados "à solta" pelas áreas dos campos. Há também a presença de açudes para criação de peixes em que seu uso é compartilhado entre os moradores. A plantação de hortaliças, frutas e vegetais ocorre sempre nos quintais das moradias e nos períodos dos meses de janeiro a junho. A região dos campos é sinônimo de viver e de sobreviver para os integrantes das comunidades, que possuem forte relação entre si e com o seu território, como afirma o morador V.B “morar aqui é viver”.

Os moradores que constituem o território possuem forte ligação de parentesco e vizinhança, onde se articulam coletivamente para realizar suas atividades cotidianas e de definição de assuntos importantes para ambas as comunidades. Já a relação com a terra e com os espaços domésticos se dá enquanto extensão da natureza e não como forma de acúmulo para o capital, como pode ser observado na dinâmica de uso do território.

De acordo com a líder comunitária A.M.S (2021), os moradores não precisam delimitar seus “terrenos” porque a terra é de todos, não há propriedade

privada de cada morador. Quando ocorre o cercamento, normalmente é em moradias onde há plantação ou criação de animais. Aproximadamente a 2 km de distância de Jambuca está localizada Batista (figura 3), juntas formam a Associação de Moradores de Campo de Perizes – AMOCAMPE desde 2011, quando se articularam para formalizar a associação para reivindicar serviços básicos como luz e água diante da Prefeitura de Bacabeira.

Figura 3. Mapa de usos do território em Batista.

Fonte: Adaptado pela autora (2021).

É pelo acesso através de Batista que os moradores realizam o extrativismo animal, a comunidade fica à beira do corpo d'água do Rio Mearim, principal acesso para as embarcações chegarem à baía de São Marcos. Segundo relato dos moradores, a pescaria ocorre durante os cinco dias da semana e é sempre de forma coletiva pelos pescadores, sobretudo nos meses de maio e junho, onde ocorre a pesca intensiva. Alguns meses específicos não ocorrem a pesca nem a cata de caranguejo pois, trata-se do período do defeso, ou seja, período necessário para estes seres se reproduzirem e continuarem na natureza.

As relações de vizinhança, de ajuda mútua e realização de ações comunitárias entre as duas comunidades de Jambuca e Batista proporcionou em 2013 realizar o primeiro Festival do Caranguejo (figura 4), que busca valorizar a tradição da cata do caranguejo na região, assim como o mangue, principal fornecedor de alimento e renda para as famílias. O festival conta com variados pratos feitos com caranguejo

e outros mariscos. Além disso, ocorrem concursos para eleger a “Rainha do Caranguejo”, “Concurso do Laço de Bode” e “Dança São Gonçalo”.

Figura 4. Festival do Caranguejo em Jambuca.

Fonte: isaiasrocha.com.br

Desde 2013, todos os anos, exceto 2020, por conta da pandemia, no mês de novembro ocorre o Festival do Caranguejo, são três dias de festa, que atrai visitantes da cidade de São Luís, da própria Bacabeira, Rosário e outros municípios próximos, o evento ainda conta com o apoio da Prefeitura Municipal e, segundo a mídia local, coloca o Município na rota do turismo gastronômico e movimenta a sua economia a partir da produção local de suas populações tradicionais.

Para além das comunidades de Jambuca e Batista, o território possui considerável importância para outros grupos sociais que também usam e se apropriam da área de Campo de Perizes por meio de dois fatores: manifestações culturais locais e extrativismo animal. Apesar destes grupos estarem distantes espacialmente da região, periodicamente estão presentes nesse território.

Muitos moradores de municípios vizinhos a Bacabeira se deslocam até a região de Campo de Perizes em busca de pescados, caranguejos e mariscos. Segundo relato do senhor J. de R. C, morador do Município de Rosário, ele realiza pesca constantemente na comunidade de Batista e que na região consegue pescar bastante peixes e mariscos, em 2020 conseguiu pescar 400 kg de peixe para vender em Rosário. Como já dito anteriormente, a região é margeada por mangues e regada tanto por água doce quanto por água salgada, proporcionando locais diversificados para realizar as práticas extrativistas.

3 A AMEAÇA DE DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO

O município de Bacabeira, encontra-se na rota do grande comércio internacional, com sua localização estratégica, está a aproximadamente 50 km do Porto do Itaqui, principal porto de São Luís, escoando produtos para várias partes do mundo, com localização privilegiada, proximidade com mercados dos EUA, Europa e Ásia, ainda, com destaque para a grande profundidade que permite o atracamento de grandes navios (ARCANGELI, 2020).

Possui em seu território grandes projetos de infraestrutura e logística visando a facilidade de escoamento e exportação de *commodities*, que contribuem para a lógica de desenvolvimento econômico de empresários, expandir o capital por intermédio de empreendimentos industriais com apoio estatal. O Estado, segundo Harvey (2014), tem seu papel desenvolvimentista e já há muito tempo vem mantendo as lógicas territoriais e capitalistas do poder interligadas.

Essa é uma lógica desenvolvimentista do Estado brasileiro aplicada e defendida de forma mais agressiva a partir de 1970 no modelo de desenvolvimento econômico cívico-militar que legitima esses projetos que são responsáveis por vários ataques e degradação de biomas, interferindo na agricultura e consequentemente na economia de base de muitas famílias que precisam garantir sua reprodução e modo de vida.

Devido à sua localização, às margens da BR 135 e a poucos quilômetros de São Luís, em 2010, o município foi contemplado para receber um megaempreendimento, a Refinaria Premium I, projeto industrial que tinha como discurso o desenvolvimento econômico do Estado e geração de empregos. O anúncio de cancelamento do projeto foi divulgado em 2015 (SILVA, 2019), mas desde 2010, a promessa do projeto já vinha interferindo na produção e reprodução social de trabalhadores rurais vinculados à terra, ocasionando sérios conflitos, disputas e contradições inerentes ao forte processo de penetração e acumulação de capital (SILVA, 2014).

Após a suspensão da Refinaria, empresários chineses, o Governo do Estado e a Prefeitura de Bacabeira firmaram acordo referente a um novo empreendimento industrial para o município, desta vez, uma siderurgia com capital

chinês da empresa *CB Steel*. O discurso colocado em pauta era a necessidade de avançar e de gerar progresso ao Estado, superar o atraso e apresentar o "moderno" por meio de grandes projetos industriais. Para legitimar e viabilizar a implantação do empreendimento, o governo do Estado cria leis e decretos para dar segurança jurídica das terras cedidas aos empresários chineses e garantia da emissão de licenças ambientais, um exemplo foi a criação do Decreto 31.412/2015, onde transforma áreas de Campo de Perizes, destinadas a *CB Steel*, em Zona Industrial II do Município de Bacabeira – DIBAC II.

A fundamentação no Decreto alega considerar "a localização estratégica do município de Bacabeira, com acesso rodoviário e ferroviário, e possibilidade de instalação de portos privados ou públicos". Neste mesmo ano o Governo do Estado declara a área de utilidade pública para fins de desapropriação com caráter urgente de imissão na posse (processo nº 397-93.2016.8.10.0115) uma área de 1.505 hectares em Campo de Perizes, a mesma em que se encontram localizadas as comunidades de Jambuca e Batista que viviam até então a normalidade de suas práticas cotidianas e modo de vida.

A situação de vida na região de Jambuca e Batista passou a ser ameaçada em 2016, quando os moradores foram surpreendidos por uma decisão judicial que lhes impunha o deslocamento compulsório, exigindo a saída das famílias em 20 dias. Essa decisão referia-se ao processo de Ação de Desapropriação com pedido de urgência na imissão da posse, acelerando o processo de deslocamento compulsório de se efetivar.

Somada a essa situação, no processo de ação de desapropriação chama a atenção a identificação de proprietários e posseiros das terras que foram desapropriadas. Proprietários pertencentes à diversificadas regiões do Brasil como: empresa de agronegócio do Rio Grande do Norte (pessoa jurídica), empresário do Rio Grande do Norte, Terminal Porto Mearim do Rio de Janeiro (pessoa jurídica), casal de chineses residentes em São Paulo e demais posseiros pertencentes às comunidades.

Nenhum desses proprietários eram conhecidos na região, segundo relatos dos moradores, o que causou estranheza e levantou suspeitas de informações privilegiadas e especulação imobiliária das áreas. Além disso, as indenizações que

constam no processo foram distribuídas com valores bem discrepantes para posseiros e proprietários. Enquanto para os proprietários os valores chegaram a R$11.700.000,00 (onze milhões e setecentos mil reais), aos posseiros os valores totalizaram R$233.750,00 (duzentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta reais).

Toda essa situação ultrajante exigiu que os moradores das comunidades se articulassem e fossem em busca de alianças que pudessem junto a eles, criar ações coletivas que evitassem o desalojamento das famílias de suas terras, que viviam ali há mais de 40 anos.

4 A LUTA DAS COMUNIDADES EM DEFESA DE SUAS TERRITORIALIDADES

No Brasil, a diversidade sociocultural é acompanhada por uma diversidade fundiária, isso resulta em múltiplas coexistências de sociedades, onde cada uma interage com seus respectivos ambientes geográficos de acordo com os as próprias formas de inter-relacionamentos, ou seja, trata-se de uma diversidade de grupos e diferentes formas de ocupação que vai resultar também em diferentes formas de territorialidades (LITTLE, 2004).

Na perspectiva de Little (2004), a territorialidade de um grupo é estabelecida por meio de um esforço coletivo para usar, ocupar, controlar, se manter e se identificar com o ambiente no qual está inserido, convertendo-o em seu território. Para analisar um território é preciso levar em consideração suas abordagens históricas, produto de processos políticos e sociais.

Essas duas comunidades, Jambuca e Batista, têm suas vidas atravessadas por diversificados empreendimentos de infraestrutura de logística e exportação, com relação direta nos abastecimentos das grandes indústrias da ilha e com o Porto do Itaqui. Dentre esses empreendimentos podemos citar a rodovia – BR 135, estradas de trem (Vale e Transnordestina), redes de alta tensão, sistema Italuís que abastece a capital e, atualmente, ocorre a instalação da linha transmissão LT 500 kV SE Miranda II - SE São Luís II C3, invadindo o território de Jambuca.

Com a luta mais localizada no território, os moradores dessas comunidades têm articulado forças e organizado ações coletivas para enfrentar os diferentes níveis

de impacto sobre eles (figura 5). Por exemplo, lutam pela proteção de suas áreas, atingidas cotidianamente pelo minério de ferro que escorre dos vagões de trem da VALE e que penetram o solo, atingindo a biodiversidade local e, consequentemente, seus alimentos. Além disso, articulados, botam em pauta suas demandas de serviços públicos pela Associação de Moradores de Campo de Perizes - AMOCAMPE.

Figura 5. Moradores protestam contra a poluição de minério da empresa Vale.

Fonte: AMOCAMPE (2020).

Em outra escala, reagem de forma antagônica aos projetos industriais e a ação do Estado que os ameaçam de deslocamento compulsório, que tentam fragilizar suas memórias coletivas, sua relação com a terra, a reprodução social das famílias e seu modo de vida. A luta, nessa perspectiva, é na terra e pela terra, buscam a todo modo, por meio de alianças de forças com diferentes agentes sociais (figura 6) e com o reconhecimento de suas forças locais, reagir a esse caos social que os circunda.

Figura 6. Audiência com a Defensoria Pública do MA em Jambuca em 2016.

Fonte: AMOCAMPE (2020).

A resistência camponesa, nesse aspecto perpassa a forma de viver, de se organizar, do trabalho, da reprodução do cotidiano, laços familiares e de vizinhança, ocupação de terras e ações coletivas localizadas (FABRINI, 2006) – sendo a única alternativa de sobrevivência pela proteção de suas territorialidades, ou seja, de seu modo de vida tradicional e do território.

Projetos industriais visando o desenvolvimento econômico do país com o objetivo de explorar, industrializar e/ ou exportar os recursos minerais da Amazônia Oriental promoveu a inserção da região na dinâmica capitalista moderna, onde a chegada dos equipamentos de infraestrutura e das grandes indústrias no Maranhão implicou em fortes impactos ambientais, alterações no modo de vida dos moradores e ameaças constantes de novos deslocamentos (SANT' ANA JUNIOR E SILVA, 2009).

As comunidades locais contribuem com seus recursos materiais e culturais para resistir ao choque com o desenvolvimento e a modernidade. A persistência de modelos econômicos híbridos e locais, por exemplo, refletem as resistências culturais que surgem quando o capital tenta transformar a vida das comunidades (ESCOBAR, 2014).

O processo de construção de resistência dos camponeses nas comunidades de Jambuca e Batista diante da possibilidade de deslocamento compulsório foi se formando a partir de forças locais, ou seja, das manifestações relacionadas a cultura local, relações de parentesco, vizinhança, socialização, costumes, características estas que, segundo Fabrini (2006), contribuem para a autonomia e para a valorização da importância da dimensão territorial e social local.

5 CONCLUSÃO

A produção do espaço direcionada pelo capital cria escalas espaciais e, consequentemente, o desenvolvimento desigual (SMITH, 1988). O espaço rural, desde sua inserção em políticas conservadoras de desenvolvimento econômico do governo cívico militar, sofre com ações externas que implicam em mudanças nas

relações sociais desses grupos de camponeses que vivem, sobrevivem, produzem e se reproduzem ao longo de gerações.

Os conflitos socioambientais provenientes da colisão de uso entre agentes de desenvolvimento estatais, grupos privados e povos tradicionais, acionam repertórios de lutas e resistências para o enfrentamento da lógica desenvolvimentista que ignora populações e as enquadra em cenários de vazios demográficos.

A conflitualidade entre esses agentes ocorre através do avanço do capital sobre esses territórios no processo de desterritorialização, de um lado, busca-se ampliar lucros e baratear sua exportação de *commodities*, de outro lado, os camponeses persistem na luta para preservar suas territorialidades e continuarem se reproduzindo.

Jambuca e Batista, nesse contexto, se mantêm mobilizados coletivamente em resistência à ameaça de deslocamento compulsório, processo ainda indefinido. Encontram na luta local uma oportunidade de criar forças e alianças que legitimem suas territorialidades e que preservem seu meio biofísico. Além disso, eles têm algo a nos ensinar sobre diversidade e resistência, levando em conta que é essa diversidade de saberes que transforma a luta em modo de vida.

REFERÊNCIAS

ARCANGELI, Saulo Costa. **Cajueiro – A luta de uma comunidade pelo direito de existir**. São Paulo: Sundermann, 2020.

BACABEIRA. Lei 205, de 14 junho de 2007: **Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico do Município de Bacabeira/MA e estabelece diretrizes e normas para o ordenamento físico-territorial e urbano, o uso, a ocupação e o parcelamento do solo**. Bacabeira, 2007.

BARBOSA, Z. **O global e o regional. Grandes projetos, desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão**. São Luís: Anais V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011.

B., V. **Como é morar em Batista**. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. Visita de campo. Bacabeira, 10 abr. 2021.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luis: Sioge, 1992.

EDP Energias do Brasil S.A. **Caracterização socioambiental e avaliação de impacto na comunidade de Campo de Perizes Bacabeira, Maranhão**. Bacabeira, 2020.

ESCOBAR, Arturo. **La invencíon del desarollo**. 2da. Universidad del Cauca: Popayán, 2014.

FABRINI, João Edmilson. **A escala da luta e resistência camponesa**. Florianópolis. Geosul, v.21, n.42, p 63-91, 2016.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. SP: Edições Loyola, 8ª ed. São Paulo,2014.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Anuário Antropológico, Tempo Brasileiro, p. 251-290. Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista**. Dissertação de mestrado em História, PUC/SP, 2001.

SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes. SILVA, Sislene Costa da. **Grandes projetos de desenvolvimento, conflito sócio-ambiental, Reserva Extrativista e o Povoado do Taim**. v.40, nº 1, p. 31-42. Fortaleza: Revista de Ciências Sociais, 2009.

SILVA, Karênina Fonsêca. **Desenvolvimento do Maranhão e a Refinaria Premium I: o processo de implantação do empreendimento e suas implicações no modo de vida dos trabalhadores rurais de Bacabeira**. Dissertação. UEMA. São Luís, 2014.

SILVA, Karênina Fonsêca. **Organização e resistência de trabalhadores rurais na luta pela terra no Maranhão**. Tese de doutorado. São Luís. UFMA, 2019.

S., A. M. **Como é morar em Jambuca e Batista**. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. Visita de campo. Bacabeira, 10 abr. 2021.

SOUSA, Eliana Rodrigues de *et al*. **Evolução espaço-temporal do uso e cobertura da terra em áreas propostas para a implantação de unidades de conservação no município de Bacabeira-MA**. Revista Espacios. v. 37, n. 12., p.27, 2016. Disponível em: http://www.revistaespacios.com/a16v37n12/16371227.html.Acesso em julho de 2021.

SMITH, N. Para uma teoria do desenvolvimento desigual I: a dialética da diferenciação e da equalização geográficas (p. 149-189) e Para uma teoria do desenvolvimento desigual II: A escala espacial e o vaivém do Capital (p. 190-219) In **Desenvolvimento Desigual** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.